

A. I. Nº - 279757.0048/20-4
AUTUADO - TAURUS BLINDAGENS NORDESTE LTDA.
AUTUANTE - AGILBERTO MARVILA FERREIRA
ORIGEM - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 30/12/2021

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0216-03/21-VD

EMENTA: ICMS. PROGRAMA DESENVOLVE. RECOLHIMENTO A MENOS. ERRO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA SUJEITA À DILAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO. Restou evidenciado que o Autuado efetuou o recolhimento a menos do imposto. O Autuado logra êxito em elidir parcialmente a autuação, sendo acolhida pelo Autuante que, em sede de informação fiscal, refez o demonstrativo reduzindo o valor do débito originalmente lançado. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração objeto deste relatório, foi lavrado em 08/09/2020, e refere-se à cobrança de ICMS no valor histórico de R\$368.830,55, acrescido da multa de 60%, pela constatação da Infração 01 - 03.08.04 - Recolhimento a menos o ICMS em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita a dilação de prazo prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve”, nos meses de janeiro a maio, julho, agosto e outubro a dezembro de 2016, janeiro, março a dezembro de 2017, - Demonstrativo às fls. 09 a 36 e CD à fl. 40.

O Autuado apresenta Impugnação, fl. 49, depois de comentar acerca da acusação fiscal, destaca que com a documentação que dispõe na empresa não identificou irregularidades, porém, para que possa aprofundar a análise solicita o envio da memória dos cálculos efetuados pela fiscalização que resultaram na identificação de tais irregularidades nos recolhimentos. Conclui solicitando a prorrogação do prazo de 30 dias a contar do dia 09/11/20, para que possa comparar o cálculo que efetuou com o valor apurado no Auto de Infração.

O Autuante presta informação fiscal destacando inicialmente, que na peça defensiva não é apresentado qualquer argumento capaz de elidir a acusação fiscal, mas, tão-somente, solicita a memória de cálculo dos valores exigidos no Auto de Infração, que já lhe foram entregues anteriormente. E, na mesma linha o Autuado requer o prazo de 30 dias para se manifestar após receber as solicitadas planilhas.

Assinala que não lhe cabe discutir sobre o mérito dos pedidos do Autuado. Somente declarar que foram entregues os demonstrativos constantes na mídia anexada à fl. 40, quando através do Domicílio Tributário Eletrônico - DTE e posteriormente via e-mail em 27 e 28/10/2020, antes de vencido o prazo para apresentação de Defesa, previsto no art. 123, do RPAF-BA/99.

Registra não lhe caber se manifestar sobre o pleito do Autuado, uma vez que cumpriu o que determina o Dec. nº 7.629/99.

Conclui destacando que o Autuado não elidiu a acusação fiscal do presente Auto de Infração.

Considerando que não consta a identificação e discriminação do conteúdo dos arquivos nas intimações realizadas para entrega das cópias dos demonstrativos de apuração da Infração, objeto da autuação, em Pauta Suplementar, essa 3ª JJF converteu os autos em diligência, fl. 59, para que o

Autuado fosse intimado para entrega do arquivo com cópia dos demonstrativos de apuração do débito exigido descrevendo e identificando seu conteúdo.

O Autuado se manifesta às fls. 65 a 69v, nos termos a seguir resumidos.

Revela que o Auto de Infração apura recolhimento a menos de ICMS em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita a dilação de prazo prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve.

Destaca que para esta infração realizou novamente a revisão de todo o cálculo do Desenvolve nos anos de 2016 e 2017 de acordo com os valores declarados no SPED Fiscal ICM/S IPI em comparação com as orientações na Instrução Normativa nº 27/2009 e suas alterações. Feito isso, diz que comparou com a memória de cálculo utilizada como base na autuação sob o nome "Taurus Anexo_A Desenvolve 2016 2017".

Apresenta as seguintes análises internas:

a) Os meses de maio/2016 e julho/2016 estão com valores de pagamento informados, divergentes, referente Código 0806, sendo:

Mês/Ano	Correto	Informado	Diferença
mai/16	64.930,57	66.216,20	(1.285,63)
jul/16	47.239,82	34.954,02	12.285,80

b) Os meses que ocasionaram em pagamento à mais da parcela sujeita a dilação de prazo, não foram expostas pela fiscalização.

Explica que para a apuração do "SDM = Saldo Apurado No Mês", foram computados os valores registrados nos SPEDs Fiscais ICMS-IPI de cada mês de competência, conforme demonstrado na planilha à fl. 66.

Observa que os valores do DNVP = Débitos Fiscais Não Vinculados ao Projeto Aprovado, foram apurados com base no registro das Notas Fiscais Eletrônicas registradas nos SPEDs Fiscais ICMS-IPI de cada mês de competência, demonstrados nas planilhas colacionadas à fl. 66v e o cálculo do SDPI - Saldo Devedor Mensal a Recolher Passível de Incentivo pelo Desenvolve é apresentado na planilha à fl. 67.

Destaca que desta apuração é possível afirmar que:

a) O valor da Infração é de R\$365.937,57 e não os R\$368.830,55 conforme apontado no Auto de Infração, se for analisado, tão-somente, os débitos do código 0806;

b) Nos meses de 06/2016, 07/2016, 09/2016 e 02/2017 foi recolhido o valor total de R\$12.059,44 a mais, pelo Código de recolhimento 0806, o qual solicita o abatimento no Auto de Infração aqui discutido, conforme cálculos que colaciona à fl. 67v;

c) O valor do Programa Desenvolve Diferido para pagamento e sua antecipação até o dia 20 do mês subsequente, com desconto de 90%, no código 2167, também foi recalculado, sendo nos meses de 04/2016 e 05/2016 houve pagamento a menos e nos demais meses houve pagamento a mais, não relatado pelo fisco, no valor total de R\$166.567,74, conforme demonstração que colaciona à fl. 68;

d) ainda tendo como base a Apuração do Programa Desenvolve, em consonância com a publicação em 19/08/2016, do Dec. nº 216.970, foi definido os procedimentos de cálculo e recolhimento do valor depósito destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988 de 21/12/2001, cujos artigos 1º e 2º, reproduz o teor à fl. 68v.

Menciona que para melhor entendimento a aplicação do Decreto, o Parecer nº 26.688/16, também enfatiza a base de cálculo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, cujo trecho reproduz.

Assinala que, exposta e comentada a base legal, apresenta tabela à fl. 69, que diz constar a abertura e a determinação das bases de cálculos e valores de depósitos, no código 2037, apontando a

diferença entre o valor recolhido de R\$87.483,80, que é devido ao Fisco a qual não foi por ele relatado.

Observa que, contextualizadas e apresentadas as compilações dos valores, produtos e metodologia de cálculo, baseadas em legislações do Estado da Bahia, é possível concordar parcialmente com o Auto de Infração, enfatizando que, da mesma forma que tem débitos a efetuar recolhimento por diferenças fiscalizadas, também tem créditos a solicitar restituições, pertinentes às mesmas bases de apurações.

Registra que os créditos oriundos de recolhimentos a mais, os quais não foram relatados pelo fisco, não estão sendo base para abater o valor devido. Diante disso, seguimos com a revisão de toda a apuração e compilando todas as diferenças de cálculo, sendo os valores devidos abatidos dos valores recolhidos a mais, tem-se que o valor do Auto de Infração deveria ser de R\$276.236,31 conforme tabela que anexa à fl. 69v.

Assinala que, realizado o contato por todos os meios possíveis de atendimento, via e-mail, telefone e realizado aqui o exposto do detalhamento das informações, referencias utilizadas, metodologia de cálculo e demais informações, solicita a análise da documentação suporte, ora apresentada e diz se colocar a disposição, inclusive para um agendamento presencial para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Autuante apresenta a informação fiscal às fls. 74 a 77, frisando, inicialmente que analisará as razões e motivos apresentados pelo Autuado na mesma ordem da sua peça defensiva.

1. Meses de maio e julho de 2016 - valores recolhidos informados incorretamente;

Afirma ter comprovado que no mês de maio/2016 foi informado incorretamente como recolhido pelo Autuado o valor de R\$66.216,20, ao invés de R\$ 64.930,57. Explica que ocorreu ter sido considerado o valor com multa e acréscimos referente ao mês de maio.

Assinala que, em se tratando do mês de julho, foi informado no demonstrativo o valor de R\$34.954,02, que se refere a junho de 2016, ao invés de R\$47.239,82.

2. Recolhimentos a mais do ICMS - parcela não sujeita à dilação, parcela sujeita à dilação e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Sobre eventuais recolhimentos a mais da parcela sujeita à dilação, informa que, por não ser objeto desta lide deve o Autuado, se assim entender, requerer a restituição dos valores que entenda devidos. Assim, não é da competência do Autuante “abater” do lançamento o valor de R\$12.059,44 que o Autuado alega terem sido recolhidos a mais nos meses de maio, julho e setembro de 2016 e fevereiro de 2017, fls. 67.

O mesmo se aplica ao valor de R\$166.567,74, que o Autuado alega ter recolhido a mais da parcela sujeita à dilação dos meses de abril e maio de 2016.

No caso do valor de R\$87.483,80 referente ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, código de receita 2037, que o Autuado alega ter recolhido a menos, nosso entendimento é que deve efetuar o recolhimento enquanto não se encontra sob ação fiscal evitando a incidência de multa.

Destaca que, uma vez acolhida a razão defensiva quanto aos valores considerados incorretamente nos meses de maio e julho de 2016, o Demonstrativo de Débito do Auto de Infração passa a ser o acostado às fls. 75 e 76, reduzindo o valor do débito para R\$365.973,59, conforme também apurado pelo Autuado às fls. 67.

Conclui pugnando que o presente Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

VOTO

Inicialmente, verifico que o presente processo administrativo fiscal está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF-BA/99, tendo sido o imposto, a multa e sua respectiva base de cálculo, evidenciados de acordo com demonstrativos detalhados do débito e com indicação

clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo, além dos dispositivos da legislação infringidos.

No mérito, o lançamento do crédito fiscal objeto do presente Auto de Infração, se refere à acusação de haver o Impugnante recolhido a menos o ICMS em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita à dilação de prazo, prevista pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve, no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, conforme demonstrativo às fls. 09 a 36 e CD à fl. 40.

Inicialmente o Autuado alegou que não recebeu os demonstrativos elaborados pela fiscalização que resultou na exigência, ora em lide.

Diligência solicitada por essa 3ª JF promoveu a entrega dos demonstrativos ao Autuado e concedeu o prazo solicitado para que se manifestasse.

Em sua Impugnação, o Autuado registrou que, *i*) - nos meses de maio e julho de 2016 ocorreram divergências em relação aos pagamentos informados referentes ao código 0806; *ii*) - pagamentos realizados a mais da parcela sujeita a dilação de prazo não considerados pela fiscalização e; não foi exposto pelo Fisco a diferença da parcela antecipada do imposto, bem como ao depósito destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Declarou o Defendente à fl. 67 que se for analisado, tão-somente, os débitos do código 0806, o valor da autuação é de R\$365.937,57, conforme planilha que acostaa fl. 67, verso. Em suma, além do pedido para que fossem compensados os valores recolhidos a mais, essas foram as razões de Defesa articuladas pelo Autuado.

Em sua informação o Autuante reconheceu que as alegações da Defesa, esclarecendo que no mês de maio/16 foi informado incorretamente como recolhido pelo Autuado o valor de R\$66.216,20, ao invés de R\$64.930,57, por ter sido considerado o valor com multa e acréscimos referente ao mês de maio. No tocante ao mês de julho/16, registrou que, de fato, foi informado no demonstrativo o valor de R\$34.954,02, que se refere a junho/2016, ao invés de R\$47.239,82.

Em relação aos recolhimentos efetuados a mais da parcela sujeita a dilação, R\$12.059,44[maio, julho e setembro de 2016 e fevereiro de 2017] e R\$166.567[no exercício de 2016, exceto nos meses de abril e maio], o Autuante esclareceu que, por não ser objeto da presente lide, o Impugnante, se assim entender, deve requerer a restituição dos valores que entender indevidos. Em relação ao valor de R\$87.483,80, referente ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, código de receita 2037, que o Autuado confessou ter recolhido a menos, o Autuante assinalou que o Defendente deve efetuar o recolhimento enquanto se não encontra sob ação fiscal evitando a incidência de multa.

Concluiu o Autuante através de novo demonstrativo de débito, fls. 75 e 76, acolhendo as alegações de equívocos apontados pela defesa reduzindo o débito do Auto de Infração para R\$365.937,59, o mesmo valor demonstrado pelo Autuado em sua defesa à fl. 67v.

Depois de examinar as peças que compõem a presente autuação, constato que a acusação fiscal fiscal de que ocorrera recolhimento a menos de ICMS em razão de erro na determinação do valor da parcela sujeita a dilação de prazo prevista no Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve, depois do acolhimento, pelo Autuante, das inconsistências comprovadas e apontadas pelo Defendente que resultou na redução do valor apurado e lançado de ofício para R\$365.937,59, conforme demonstrativo refeito pelo Autuante e acostado às fls. 75 e 76, constato que, em relação à irregularidade apurada, deixa de existir lide.

Logo, nos termos expendidos, acato o novo demonstrativo elaborado pelo Autuante acostado às fls. 75 e 76.

No que concerne ao pedido da Defesa para que fosse efetuada a compensação de valores nos meses em que o Impugnante alegou ter recolhido a mais, comungo com o entendimento esposado pelo Autuante, em sede de informação fiscal, de que tais valores devem ser objeto de procedimento específico de pedido de restituição de indébito.

No que concerne à falta de recolhimento reconhecida pelo Autuado referente ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, código de receita 2037, no valor de R\$87.483,80, represento a Autoridade Fiscal competente para analisar a necessidade da programação para apurar essa irregularidade confessada pelo Autuado.

Concluo, pela subsistência parcial da autuação no valor de R\$365.937,59.

Diante do exposto, voto pela Procedência Parcial deste Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279757.0048/20-4**, lavrado contra a empresa **TAURUS BLINDAGENS NORDESTE LTDA.**, devendo ser intimado o Autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$365.937,59**, acrescido da multa 60%, prevista no art. 42, na alínea “f”, do inciso II, da lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 13 de dezembro de 2019.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA